

A UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rosângela Moreira de Oliveira ¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar como as universidades podem modificar seu entorno, não apenas através da formação de capital humano, que proporciona a educação, mas para o desenvolvimento socioeconômico do município, estado ou região a qual está instalada. Esta modificação começa a partir do momento que ela chega, já que movimentada a cidade com geração de renda, empregos diretos e indiretos, movimentada as empresas de comércio, serviços, indústrias e o agronegócio, atendendo pessoas que estão a procurar de bens e serviços para satisfazer suas necessidades e desejos. Mas o maior impacto será com os trabalhos de pesquisa e extensão que serão realizados naturalmente, como contrapartida desta estrutura instalada na região. Segundo dados do Ministério de Educação e Cultura, o Brasil possui 201 universidades públicas e privadas e todas estas instituições se propõem a fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão. Este trabalho mostrará a experiência de algumas universidades da Bahia e Paraná e suas ações catalisadoras nas regiões.

Palavras-chave: Educação, Capital humano, Desenvolvimento regional, Universidade.

INTRODUÇÃO

A instalação de uma universidade em uma região significa que acontecerá uma importante mudança urbana, social e econômica, ela demandará um consumo de serviços e de produtos que em alguns casos podem até não existir na localidade, mas pela procura serão inseridos. O consumo demandado por discentes e docentes vindos de outras localidades no mercado imobiliário costuma ser muito grande nestas cidades, assim como os serviços de entretenimento, saúde e do comércio. E da mesma forma que os serviços serão demandados, outros serão oferecidos para a comunidade pela nova estrutura instalada, não somente os educacionais, mas de novas áreas da saúde, de suporte empresarial, jurídico etc. Esta movimentação mudará o contexto da cidade em pouco tempo, as pessoas que ali estão, serão impactadas pela educação e poderão promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na sua região, através da própria educação que receberão.

Partindo-se do pressuposto da existência de uma relação direta entre a produção de conhecimento científico, a inovação e do desenvolvimento, a formação e a fixação de pesquisadores nas universidades se convertem em políticas públicas para melhorar, equiparar,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador - UNIFACS, rosamoadm@outlook.com;

ou resolver as mais diversas questões da região que serão estudadas pela comunidade científica destas instituições, como afirma Oliveira (2014)

A universidade pode e deve interagir com outros setores, a exemplo da educação básica, saúde, desenvolvimento econômico e social, infraestrutura, meio ambiente, segurança e inovação tecnológica. Decorre daí a natureza especial da atividade universitária quando analisada quanto ao potencial e perspectiva de interação com a região. (OLIVEIRA, 2014, p. 83).

O objetivo deste trabalho é mostrar como as universidades podem modificar seu entorno, buscando para isso, construir o histórico da criação das universidades no estado da Bahia, analisando o papel das políticas públicas para o desenvolvimento e por último identificando como interiorização da educação superior no estado, buscou resolver seus problemas regionais.

O artigo está dividido em quatro seções, a primeira trata dos aspectos metodológicos seguidos pela atingir os objetivos do estudo. Na segunda, o desenvolvimento da pesquisa que traz um contexto sobre universidade e educação, com um breve histórico da criação das instituições de ensino superior baianas e mostrar a importância das políticas públicas para que este investimento em educação acontecesse. Na terceira seção, procurou-se mostrar resultados de estudos sobre os impactos gerados por universidades internacionais e nacionais e, principalmente, trazendo exemplos já estudados de universidades do interior da Bahia. Na quarta e última, tem-se as considerações do estudo para finalização do trabalho.

METODOLOGIA

Quanto ao percurso metodológico da pesquisa, adotou-se como método de abordagem, o dedutivo, uma vez que parte-se da compreensão da importância das universidades, para o desenvolvimento regional.

Quanto ao objetivo, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que investiga as características de uma dada população. Segundo Cervo (2007) este tipo de pesquisa busca observar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos variáveis sem manipulá-los, abordando problemas que merecem ser estudados e muitos ainda sem registro.

Os principais atores desta pesquisa são as universidades estaduais da Bahia. Como procedimentos metodológicos foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e documental. A primeira procurou identificar estudos sobre os impactos gerados por universidades

internacionais e nacionais, sendo a abordagem principal, as IES estaduais da Bahia. As principais categorias teóricas trabalhadas foram os conceitos de desenvolvimento e universidade, buscando relacioná-los no que tange à sua ligação com o objeto de estudo.

DESENVOLVIMENTO

A educação foi o caminho pelo qual as civilizações chegaram até a ciência e alcançaram o desenvolvimento atual, e através de estudos, que os recursos naturais disponíveis e muitos até desprezados puderam ter seus valores descobertos e assim transformaram cidades, regiões, países e continentes. Para Schumpeter (1997), o desenvolvimento econômico depende da utilização de alguns fatores de produção, tecnologia, estoque de capital, recursos naturais e quantidade e qualidade da força de trabalho, no caso, o capital humano para transformações desta economia, sendo estes fatores formados dentro das universidades.

Segundo Boaventura (2009), a educação superior oferecida sob a forma de universidade é um fenômeno recente no Brasil, mas ainda no século XVI a educação superior foi instalada com o ensino religioso oferecido pelos padres jesuítas².

A primeira legislação universitária brasileira, de 1931³, autorizou as instituições que surgissem a concederem "privilégios universitários", entre eles, o direito de os diplomados exercerem as profissões liberais, ela ainda honrava as noções usuais de cultura, pesquisa e autonomia institucional, mas sua principal preocupação era manter sob controle os padrões e o tamanho das profissões, para isso, as universidades seriam submetidas à rígida fiscalização ministerial (SCHWARTZMAN, 2006, p.163-164).

Os primeiros cursos oferecidos no Brasil foram de Medicina, Engenharia, Direito, Agronomia, Farmácia, Odontologia, Belas Artes e Veterinária. A década de 50 foi o período de aceleração do processo de aglutinação das faculdades pelo governo federal, dando origem a muitas universidades federais e as instituições católicas e privadas. Romanelli (1980, p.27) considera que isso tenha acontecido em função das demandas crescentes por educação no país. Entre as décadas de 50 e 70, foi o período o qual foram criadas muitas universidades federais, estaduais e privadas o quem inclui as pontifícias. Em 1961, com a lei 4.024 de Diretrizes e

²Os jesuítas mantinham os colégios para formação de sacerdotes e seminários para formação do clero secular. (ROMANELLI, 1980, p. 36).

³ Decreto 19.851 de 11/04/1931 que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando, para o ensino superior, o regime universitário.

Bases da Educação Nacional, tinha-se o intuito de organizar o sistema de ensino brasileiro, uma espécie de arcabouço, e não apenas do superior, mas do fundamental, médio e profissionalizante. A lei nº 9.394, que a substituiu, teve por objetivo, regulamentar a educação.

Atualmente são 201⁴ universidades, ou seja, instituições brasileiras que se propõem a fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no Brasil, mas de fato, a maior parte ainda faz pouca pesquisa e a maior concentração de universidades está na região Sudeste. São 79 (39%), seguida por Sul 49 (24%), Nordeste 41 (20%), a região Norte com 18 (9%) e a Centro-Sul 14 (7%) universidades, é a que tem menor número de instituições.

As Universidades da Bahia e sua interiorização

A educação superior brasileira surgiu, portanto na Bahia, com o então Curso Médico Cirúrgico em 1808, seguido pela Academia de Belas Artes em 1877, ambos incorporados posteriormente a UFBA e pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura criado em 1877 e localizado em São Bento das Lages, município de São Francisco do Conde, Recôncavo da Bahia. Mas apesar de ter a primeira escola superior do Brasil a Bahia somente teve sua primeira universidade, no caso a UFBA, em 1946, ou seja, 12 anos após a Universidade de São Paulo - USP, que é a primeira do Decreto 19.851⁵ e 26 anos após a primeira do Brasil, no caso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi autorizada pelo o decreto 14.343 de 07/09/1920.

O ensino superior se expandiu na Bahia com a criação das primeiras instituições privadas: a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública em 1952, a Universidade Católica do Salvador e a Faculdade de Educação da Bahia (FAEBA) na década de 1960, a Escola Superior de Estatística da Bahia em 1966 e a Escola de Administração de Empresas da Bahia⁶, em 1972.

As universidades estaduais baianas surgem a partir de 1968, mas antes em 1960 já havia uma instituição mantida pelo Estado que era a Faculdade de Agronomia do Médio São

⁴ Apenas as universidades conforme dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC de 2019

⁵Decreto 19.851 de 11/04/1931 que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando, para o ensino superior, o regime universitário

⁶ Atualmente Universidade Salvador (UNIFACS).

Francisco (FAMESF). O Plano Integral de Educação e Cultura da Bahia⁷, de 1968, teve grande importância neste contexto. A primeira instituição foi a Faculdade de Formação de Licenciados de 1º ciclo do Interior e logo em 1970, foi instituída a primeira universidade estadual, sob a forma de Fundação Universidade Feira de Santana, a atual Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sendo seguida, em 1980, pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista, e atualmente em Jequié e Itapetinga. Em 1983, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que surgiu já em caráter multicampi⁸ (BOAVENTURA, 2009, p. 45-58). Em 1991, o processo teve continuidade, com a criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus.

Todas as instituições citadas foram criadas em momentos diferentes da história do Brasil e da Bahia, mas todas em seu momento de criação tiveram como principal propósito atender uma necessidade, ora governamental, ora das necessidades materiais e de mercado para a qualificação de recursos humanos, assim como a qualificação dos educadores.

Uma preocupação induziu a criação do curso de agricultura na Bahia, em Salvador, que era a segunda cidade em maior importância pelo seu movimentado porto, com exportação de açúcar, fumo e outros produtos coloniais. O objetivo era aumentar a opulência e prosperidade utilizando-se a fertilidade do solo. A agricultura, quando bem entendida e praticada, era considerada como a primeira fonte de abundância e de riqueza nacional. (BOAVENTURA, 2009, p.135).

Após 1991 quando a UESC foi criada, a Bahia somente foi ter uma nova universidade em 1997, quando a então Escola de Administração de Empresas da Bahia passa a ser Universidade Salvador (UNIFACS). Em 2001, foi criada a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em seguida no ano de 2005, instituiu-se a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com 6 campus distribuídos nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Em 2008 com a Lei 11.892, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs), tornaram-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e desde então a Bahia tem mais instituições de ensino superior federal, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em 23 cidades e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) em 14 cidades.

⁷ Uma das metas eram: Instalação das faculdades de formação 1º ciclo, Universidade Estadual no Sul da Bahia, Escola Superior de Educação Física em Salvador, ampliação da Faculdade de Agronomia no Médio São Francisco (BOAVENTURA, 2009, p. 50).

⁸ A administração central da instituição, é em Salvador e possui departamento distribuídos em 23 municípios baianos de porte médio e grande.

As mais recentes universidades foram criadas em 2013, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) localizada em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, e a Universidade do Oeste da Bahia (UFOB) com sede em Barreiras. Logo, a Bahia possui 2 institutos federais, 2 universidades privadas e 8 universidades públicas.

A interiorização do ensino no Estado da Bahia certamente contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da região, seja no Semiárido, no Sudoeste, no Recôncavo, na Região Cacaueira ou no Vale do São Francisco.

Que a universidade tem um o papel importante para a formação de capital humano é senso comum, assim como o seu papel no desenvolvimento socioeconômico de uma região, articulado por uma política científica e tecnológica e com envolvimento não somente do Estado, mas do setor produtivo e empresarial, social e da comunidade. Ela tem o poder de modificar o seu entorno em um longo raio de alcance e através dos seus discentes e docentes, pode direcionar a região para o crescimento.

As políticas Públicas para o desenvolvimento

Segundo Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade. Mediações entre atores da sociedade e do Estado são nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Souza (2006) elenca três fatores que contribuíram para a visibilidade das políticas públicas no mundo. O primeiro foi a adoção de políticas de restrição de gastos, principalmente em países em desenvolvimento, e foi através delas que as políticas públicas, econômicas e sociais ganharam mais visibilidade. O segundo fator refere-se a nova visão do papel dos governos em substituir as políticas keynesianas do pós-guerra, pelas restritivas de gastos e o terceiro e último fator está diretamente relacionado com países latinos e em desenvolvimento, onde o processo de democracia chega tardiamente.

As políticas públicas são o ponto de partida para os estados alcançarem suas metas e vencerem seus desafios em prol do desenvolvimento regional, mas um assunto relativamente recente no mundo e principalmente no Brasil, como relatado por Trevisane e Bellen (2008).

Para Mello (1991), a educação passa definitivamente a ocupar, juntamente com as políticas de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na pauta das macropolíticas do país,

como fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento. As ações de incentivo à pesquisa, ao empreendedorismo, à inovação e à formação de capital humano são também de competência dos estados, o que favorece o desenvolvimento regional, já que estas ações são de interesse do governo estadual. Outro ponto positivo nesta sinergia é que o aporte as certas forças regionais podem ser atendidas, já que os requisitos locais são conhecidos.

As Fundações de Amparo dos estados, possuem o papel de fechar as lacunas da pesquisa para o desenvolvimento, focando nas suas dificuldades e oportunidades regionais, buscando junto com as instituições de ensino e as empresas, a promoção do desenvolvimento regional. Em 2001 a Bahia criou a Fundação de Amparo à Pesquisa Estado da Bahia (FAPESB), com o papel de fomentar o desenvolvimento das atividades científicas, tecnológicas, de ensino, pesquisa extensão e inovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Diniz (2001), as interações que são formadas por instituições nos ambientes formam redes inovativas, formadoras e facilitadoras no processo inovativo. E esta cooperação local passa a ser então uma capacidade local de competição.

Um exemplo a ser citado é a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Para Vitória da Conquista, um estudo de Lopes (2012, p.124) mostrou que a injeção de recursos financeiros pela UESB no município de Vitória da Conquista no ano de 2000, correspondeu a 51% da “economia” cafeeira (R\$ 37.187.500,00), que é uma das mais importantes do município, o que demonstra a importância das universidades para as regiões onde são instaladas do ponto de vista financeiro e econômico.

Um segundo exemplo é a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), citado por Oliveira (2014, p. 241). Por sua localização ser no Semiárido, faz com que a região seja representada como símbolo de pobreza, atraso social, mas que hoje tem um novo posicionamento neste contexto socioeconômico, já que se tornou após instalação da UEFS um “catalisador das oportunidades educacionais”, atraindo outras instituições públicas e privadas, assim como pessoas na figura de estudantes e profissionais. Ele ainda traz a importância na formação do capital humano local, já que a UEFS permitiu a muitos da região ter uma formação

em licenciaturas, mudando, assim uma condição já cultural das famílias, em seguir na lavoura ou no êxodo, contribuindo assim com o desenvolvimento social, cultural, e material da região.

Estes exemplos não podem ainda ser totalmente mensuráveis, já que não se tem informação de resultados de pesquisas realizadas nas regiões e que impactaram significativamente no território. Mas existem alguns exemplos de sucesso de impacto territorial decorrente da pesquisa e da inovação em territórios, como a experiência americana de grande sucesso que envolve universidades. O parque científico da Universidade de *Stanford*, o grande crescimento do Vale do Silício, a experiência do sistema universitário de Boston, especialmente de *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, para o crescimento industrial ao longo da rodovia 128, baseando nas três universidades locais e na atração de laboratórios de pesquisa de grandes empresas (DINIZ, 2001).

Uma região ou localidade só poderá ter êxito econômico se investir na sua vantagem competitiva, ou seja, na inovação. E é aí que entram as universidades, as empresas e o governo como agentes modificadores para estas regiões.

A importância das universidades para o desenvolvimento de cidades médias em seus aspectos geográficos, econômicos e sociais foram ressaltados por Lopes (2011, *apud* LOPES, 2012, p. 137) que ainda diz que elas são um vetor de desenvolvimento socioeconômico para outros centros urbanos, através da formação de capital humano e desenvolvimento de pesquisas, motivador de mudanças de comportamento e consumo.

Para a economia do conhecimento, as regiões que possuem uma universidade são motores do desenvolvimento (ROLIM e SERRA, 2010). A universidade é responsável pela formação do capital humano qualificado, ela é produtora e difusora do conhecimento e capaz de cooperar para aumentar a produtividade e competitividade da região a qual está inserida, mas o governo e as próprias instituições, cometem equívocos que dificultam o alcance destas tarefas.

Segundo Rolim e Serra (2010), o grande desafio é compreender o estar na região e ser da região. Este entendimento merece um maior esforço das instituições, sendo elas detentoras do capital humano especializado e formadora deste, é o local onde acontecem as inovações decorrentes das suas pesquisas (Rolim e Garcia, 2012), que podem aumentar a competitividade das regiões onde estão inseridas.

Um estudo realizado no Paraná com a colaboração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), faz uma análise do impacto econômico das

universidades em uma região, considerando os gastos realizados pelas universidades com seu pessoal, em materiais, impacto sobre as famílias, sobre os governos locais, e empresas que são beneficiadas com a instalação destas instituições, (Rolim e Garcia, 2012). Este trabalho que já foi realizado em outros países e procura ainda investigar a contribuição das pesquisas, ensino desenvolvimento social, cultural e ao meio ambiente, a cooperação regional, a lideranças e parceria das instituições. Na metodologia desta pesquisa, há uma etapa de autoavaliação, tendo os resultados das universidades do Paraná demonstrado que elas não estão envolvidas com as necessidades regionais, apesar de as considerarem importantes. Elas não atendem as necessidades regionais nem atuam com o empresariado local, mas ainda que de forma tímida, participam de comissões, grupos e seus docentes são membros de comitês. Apesar de responderem que procuram adaptar seus currículos das demandas regionais, foi identificado uma fragilidade entre a formação dos alunos e as necessidades do mercado, além de não avaliarem o seu maior produto, ou seja, saber se seus egressos se integram ao mercado local. O grande desafio a ser alcançado por estas instituições é o envolvimento com as comunidades, os esforços com pesquisas são grandes, mas a aplicação é ínfima e elas alegam como fator impeditivo principalmente a burocracia. (ROLIM e SERRA, 2010).

Para Rolim e Kureski (2010), avaliar o impacto econômico e a contribuição para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas estas universidades é muito importante para saber o quanto estas instituições são a comunidade e não apenas estão.

A universidade tem dever de realizar pesquisas para promover o desenvolvimento científico e tecnológico, que é necessário para fortalecer a economia e conquistar progresso social. Para Audretch (2000),

a capacidade de gerar conhecimento e sua aplicação produtiva transforma-se no mais importante fator locacional na atual etapa do desenvolvimento econômico. Por sua vez a capacidade de inovação e, conseqüentemente, de modernização passa a depender do gasto privado de P&D, do gasto com pesquisa pelas universidades e da coincidência geográfica e temporal dessas duas fontes de pesquisa. (AUDRETCH 2000 apud DINIZ; GONÇALVES, 2005, p.133).

O papel da universidade sempre foi contribuir para o desenvolvimento regional, seja com o ensino, com a pesquisa e extensão. Mas para efetivamente contribuir para o desenvolvimento regional, ela precisa ter apoio governamental, ou seja, são necessários incentivos e apoio das políticas públicas para educação e pesquisa.

Para Schultz (1987), as pesquisas organizadas tornaram-se a principal fonte de acréscimo do volume do conhecimento. As pesquisas são feitas em grande parte pelas universidades. Os resultados são bens públicos colocados no domínio público.

Diniz e Gonçalves (2005) criaram parâmetros para determinar as condições necessárias para a expansão da economia do conhecimento, exemplificando alguns como a “concentração de infraestrutura e pessoal com formação técnica científica, ambiente acadêmico universitário e de pesquisa”, mostrando ainda o quanto eles fazem a diferença nas regiões.

Campolina (2013) traz números sobre as regiões e sugere que as formas de que as áreas foram ocupadas ainda refletem a situação atual. Os dados levam em consideração a área, a região da população e do PIB. Porém percebe-se que as regiões com melhores resultados são as que possuem o maior número de universidades, no caso a região Sudeste, que representa 53,2%⁹ do PIB nacional. Este resultado ratifica a contribuição da universidade no desenvolvimento socioeconômico das regiões.

No seu último relatório, a CAPES (2018) informou que concedeu 101.367 bolsas de estudo no país, com um investimento de mais de 2 bilhões de reais que beneficiaram os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* das universidades. Estes bolsistas, estão dentro destas instituições, pensando como desenvolver e como resolver problemas e questões das mais diversas áreas do conhecimento, além de fazerem gerar rendas nas regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação de uma universidade ou campus, muda o contexto da cidade, atrai pessoas que não apenas movimentam a economia, mas trazem consigo experiências e soluções que poderão ser aplicadas para melhoria da qualidade de vida. É também uma oportunidade de conceder uma educação de excelência aos jovens da região, que não poderiam sair dali para estudar, permitindo assim, que não apenas permaneçam na sua região ou próxima dela, mas que possam ter desenvolvimento pessoal e profissional e que por sua vez, serão mais produtivos e contribuirão para o desenvolvimento econômico da sua região.

Podemos pensar, nas contribuições de médio prazo que foram identificadas nas regiões onde as universidades estaduais e federais foram instaladas no interior da Bahia. Através de

⁹ Fontes do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. PIB 2016.

seus trabalhos científicos e grupos de pesquisa, podemos ver que elas costumam estudar questões de suas regiões. A UEFS buscou focar seus projetos de pesquisa para o semiárido baiano, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população da região. A UESB inserida em uma região produtora de café, da pecuária, hortifrutigranjeiros e cacau e que ainda concentra uma atividade industrial, desenvolve pesquisas nestes temas, além de contribuir com a formação do capital humano para a região. Já a UESC, situada numa região de agropecuária, busca realizar trabalhos na área agroecológica, com programas de preservação da Mata Atlântica e recuperação da bacia hidrográfica formada pelos rios Cachoeira, Colônia e Salgado, em torno dos quais vive uma população de cerca de 500 mil habitantes. Buscando minimizar as dificuldades sofridas pela monocultura cacauceira.

Mas se analisarmos que a primeira instituição do interior data da década de 1960 e a última em 2013, e avaliarmos as reais contribuições delas para seu entorno, talvez seja decepcionante, uma vez que muitos problemas seculares ainda são encontrados. E se olharmos as regiões que possuem mais de uma universidade e que elas pouco ou nunca interagem nos seus projetos, unindo forças para buscar soluções de forma a contribuir com o desenvolvimento regional é que percebemos que existe algo de errado e que os objetivos desta interiorização para o desenvolvimento não são alcançados e tão pouco fiscalizados pelo governo e cobrados pela população que ali habita.

As instituições, precisam potencializar suas pesquisas e ações nas necessidades das regiões as quais estão instaladas e buscar trabalhar juntas e com apoio dos governos e da iniciativa privada para desenvolvê-las.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. **História do Ministério da Educação** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=2&Itemid=171> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **CAPES Relatório de Gestão do exercício de 2017**. Brasília, 19 de abril de 2018. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/banners/18092018_Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_CAPES_2017.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BEVIA, Pedro A.; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: PERASOM Education Brasil, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. Anais... 2001.

DINIZ, Clélio Campolina; GONÇALVES, Eduardo. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil**. In: _____. (Org.). LEMOS, Mauro Borges. Economia e território: formação e atuação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 131-170.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: as dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista**. Barcelona: Universitat de Barcelona. 2012.

MELLO, Guiomar N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**. v.5, n.13, set./dez. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jan. 2015.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Cardoso. **Dimensão regional da universidade pública: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana**. 2014. Tese (Doutorado)-UNIFACS, Salvador, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade Primeira do Brasil: Entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, v.20, n.56, jan./abr. 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no povo**. o segredo econômico da qualidade da população. Rio de Janeiro: Editora Forence Universitária, 1987.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. Trad. Brasileira Abril Cultural. São Paulo - SP, 1997

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso Teixeira. **Políticas públicas**: o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação de da realidade. Salvador: [s.n], 2002.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração pública**. Rio de Janeiro, v.42, n.3, p.529-550, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2014.